

# O

## Ordem Régia de Censura a Roteiros Turísticos do Século XVIII: André João Antonil no Índice

*João dos Santos Filho*<sup>1</sup>

**RESUMO:** A historiografia nacional foi redefinida e passou a ser fundamental para conhecer o “*éthos brasilis*”, graças as descrições realizadas pelos jesuítas e os estudos de cientistas do século XVIII. O livro “*Cultura e Opulência do Brasil*”, de André João Antonil, permitiu aos estudiosos do turismo um imenso campo para a pesquisa sobre os roteiros dos viajantes. Com um trabalho próximo ao “*método da economia política*”, Antonil inova as informações e monta uma série de roteiros que alavancaram os primeiros princípios dos roteiros turísticos no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo e viagem, roteiro turístico, historiografia, produção colonial, Brasil, século XVIII.

**ABSTRACT:** *The brazilian history was redefined and become fundamental to the "éthos brasilis" knowledge. This was based on jesuit descriptions and scientists papers dated from XVIII Century. André João Antonil in his text book "Brazil Culture and Opulence" showed a great field study to the tourism research, about traveler Brazilian itineraries. Antonil used a method closed to the "political economy method", innovating the information and created an itinerary series, which pointed out the first principles for touristic itinerary in Brazil.*

**KEYWORDS:** *tourism and travel, touristic itinerary, brazilian history, colonial production, Brazil, XVIII Century.*

## Introdução

A historiografia nacional contém contornos literários decorrentes do processo de colonização ocorrido em todo continente latino-americano. Nossa característica foi montada e está circunscrita dentro dos parâmetros da leitura realizada pelo velho mundo, cuja fala obedece aos desejos de uma aristocracia lusitana, que já começava a apresentar sinais de decadência em relação ao processo geopolítico mercantil expansionista e cristão do mundo ocidental.

As forças produtivas coloniais implantadas vão sinalizar um novo patamar no desenvolvimento dos meios de produção. As bases já estão dadas, para que o capitalismo se expanda e determine outros padrões de sociabilidade que deverão reorganizar as etapas do processo de acumulação de capital e fixar os determinantes da mais-valia.

Os jesuítas da “Companhia de Jesus” encarregados da evangelização da população nativa estavam na verdade desempenhando o papel de desbravadores dos interesses do império português, pois:

La evangelización es parte fundante de la pedagogía del imperio para la conquista y expropiación del mundo de los “outros” (...). Desde Colón en adelante la Iglesia y la evangelización se constituyen en política de Estado.

Elas actúan como fuente de conquista y colonización, como agentes de expansión de la cristiandad y la cultura occidental (Kern apud Lodeserto, 1999: 145, 153).

Transformando os nativos em adoradores da religião cristã com o objetivo de que viessem aceitar a escravidão, os jesuítas marcaram sua ação evangelizadora “domesticando” os chamados “selvagens”, descrevendo o seu cotidiano e relatando a história da época. Essa modernidade latente e presente numa parcela significativa desses padres permitiu que os mesmos conseguissem retratar com extrema eficiência a dimensão política, econômica e social do nosso povo e país, auxiliando-os na composição da verdadeira historiografia nacional.

Com uma razoável quantidade de obras escritas sobre a Terra Brasilis, os jesuítas na verdade deram uma contribuição inestimável para o entendimento de nossas raízes, dentre essas, destacamos a obra memorável de André João Antonil intitulada *Cultura e Opulência do Brasil - por suas drogas e minas*. A dimensão descritiva contida nessa obra, qualifica os jesuítas como conhecedores da geopolítica e eficazes cartógrafos capazes de elaborar mapas precisos sobre as riquezas da terra.

Com a expansão do reino português além-mar, o império de feitorias comerciais consorciou o território brasileiro a um grupo de comerciantes de Lisboa (modernos burgueses que só poderiam ampliar seu capital) fora do reino de Portugal, para exploração das riquezas naturais e minerais.

A certeza em encontrar ouro e diamante forjaram aos primeiros colonizado-

1. Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e em Turismo pelo Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO). Doutorando em Turismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP). Docente no curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Norte do Paraná.

res a idéia de riqueza e poder, características que podem ser confirmadas na leitura das cartas de Pedro Álvares Cabral e Cristóvão Colombo, e assim:

Durante quase três séculos após o descobrimento do Brasil em 1500, a corte portuguesa foi inundada com relatos de fabulosas descobertas de ouro no Brasil. Esses relatos freqüentemente careciam de fundamento e eram um misto de enganosa confiança depositada nas lendas dos nativos americanos, de estórias excessivamente otimistas dos exploradores (Bethell, 1999:471).

A certeza lendária da existência de metais preciosos em território brasileiro foi quase sempre objeto de divulgação e cobiça por parte daqueles que cultuavam a fama de um continente capaz de garantir a hegemonia do império português. Além disso, a esperança em encontrar riqueza por meio dos metais e pedras preciosas era um sonho que se auto-alimentava em razão dos fatos ocorridos com o descobrimento do Peru, onde os espanhóis encontraram imensa riqueza em ouro e prata e uma civilização superior que não foi perdoada nas ciências e nas artes em relação ao velho mundo. O próprio Antonil (1982) diz textualmente que: “Foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata.”

### Preâmbulo

O objeto deste trabalho diz respeito aos roteiros existentes no livro *Cultura e Opulência do Brasil*, de André João Antonil, publicado em 1711 em Portugal e no Brasil em 1837. Essa obra foi objeto da censura pelo governo português, que a recolheu e determinou sua destruição por meio do veto e seqüestro régio em 20 de março do mesmo ano de sua publicação no território nacional.

A razão dessa devassa contra Antonil pode ser explicada em virtude de sua obra expor de forma detalhada as riquezas minerais, naturais e sinalizar as potencialidades econômicas da Colônia. Isso poderia, segundo o Estado português, despertar a cobiça de outras nações e comprometer a já fragilizada força do Império lusitano no resguardo e defesa de sua Colônia continente.

Em relação às qualidades de historiador dadas ao jesuíta André João Antonil, podemos acrescentar uma outra, a sua enorme sensibilidade em descrever roteiros de *exploração e aventura*. O autor comenta de forma detalhada os deslocamentos de viajantes entre as cidades e vilas para se atingir os locais das minas de ouro, nesse ponto, abrem-se novos campos de investigações e estudos nessa área aos pesquisadores da história do turismo no Brasil.

Os motivos que nos levaram a explorar esse assunto, que antes era tido como irrelevante, se deve a premissa de que:

Há um período da colonização portuguesa em que toda e qualquer descrição do território brasileiro pode vir a despertar ainda mais o desejo de posse das metrópoles estrangeiras pelo Brasil.

Esse processo deve ser entendido como um movimento normal de agonia dos estados absolutistas para com a expansão do mundo ocidental capitalista. Esses estados procuravam a todo custo garantir a sobrevivência das velhas estruturas ainda feudais na luta contra o novo que estava sendo explicitado por uma burguesia nascente. Essa dialética de implantação do mais avançado demonstra que os estados já começam a mapear preocupações contra a sinalização de um imperialismo mercantilista que só poderia sobreviver fora dos padrões do sistema feudal. Na verdade, a morte dos estados absolutistas já estava decretada pelo avanço do capitalismo, ou seja, o ultrapassado estava dando lugar ao mais moderno.

Nesse sentido, vale a pena afirmar que toda e qualquer descrição dos recursos minerais e das potencialidades econômicas das colônias deveriam ser evitadas, porque eram vistas como segredo de estado e poderiam vir a comprometer o expansionismo do governo português.

Por isso, as cartas navais, os aparelhos de navegação, diários de bordo e os acordos entre navegadores e os estados português e espanhol eram tidos como segredo, nada podia ser divulgado sem a ordem dos reis, a preocupação era garantir aos reinos o processo de cristianização e exploração.

### Roteiros do Século XVIII

#### *Características*

Os roteiros descritos por Antonil relatam os vários caminhos que vão da vila de São Paulo para as Minas Gerais e ao rio das velhas. Este, o primeiro e o mais detalhado, descreve as distâncias e as condições de alimentação dos viajantes. Um segundo, o caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais passando também pelo rio das velhas. Um terceiro, o caminho da cidade da Bahia para as minas do rio das velhas. E um último, da cidade do Rio de Janeiro para Minas Gerais. Todos possuem uma preocupação comum: a de chegar as minas de ouro, ou seja, aos núcleos de desenvolvimento, econômico, social e político que começavam a aparecer no Brasil em virtude da chamada febre do ouro.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que uma das características desses roteiros é possuir em sua essência a sedução do desconhecido, o exótico e o medo ao mesmo tempo da *aventura e exploração*. As condições de domínio sobre as possíveis variáveis que poderiam ocorrer eram quase sempre impossíveis de serem controladas. Em virtude das condições objetivas existentes naquele dado período histórico, cada viagem, mesmo que repetida várias vezes, era sempre recheada de

novas emoções, quanto ao clima, presença de animais silvestres de vários portes, índios pedintes e ou ferozes, escravos fugitivos e doentes, grupos de assaltantes e andarilhos penitentes e beatos. Toda viagem tinha um sentido de exploração, aventura e perigo.

Considerando que as condições para a locomoção eram rudimentares e extremamente precárias, o gasto de tempo nos roteiros poderiam durar vários meses, em que as caminhadas quase sempre se estendiam até as duas ou três horas da tarde ao lombo de cavalos e jegues.

A luta pela comida era amenizada e facilitada, quando o viajante durante o trajeto encontrava pequenos ou grandes proprietários de terra que possuíam roças ou quando conseguiam pernoitar em uma estalagem. Essas condições, entretanto, dependiam de vários fatores, por exemplo: conseguir vagas, uma vez que a infraestrutura nesse campo era muito retraída. Quando rancheados, organizavam-se para conseguir a caça, pesca, extrair da mata frutos e colher mel de pau:

... não marcham de sol a sol, mas até o meio-dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde há o mel de pau e outro qualquer mantimento (Antonil, 1982:182).

Segundo as condições descritas por Antonil, as caminhadas são primorosas em detalhes não comuns entre aqueles que se aventuravam a escrever sobre o Brasil. Essa característica de narrador brilhante explorando a história junto à “economia política”, qualifica-o como um historiador que trouxe para a historiografia brasileira ares nacionais.

A importância de Antonil está no fato de que, ao chegar ao Brasil esse italiano e membro da Companhia de Jesus, assume a reitoria do Colégio de São Salvador, onde desenvolve estudos sobre a produção açucareira. Com isso, busca entender o processo das novas atividades econômicas de mineração e ganadeira, detalhando as rotas de acesso a esses pontos.

Na verdade, Antonil foi uns dos primeiros escritores que, ao descrever o Brasil, mostra detalhes esquecidos e inéditos sobre os caminhos, estalagens, formas de subsistência e tempo de percurso. Podemos afirmar que essas rotas constituíam-se em informações turísticas preciosas para os exploradores, comerciantes, soldados da guarda nacional, portugueses e aventureiros (que poderiam ser piratas ou invasores) ingleses, irlandeses, holandeses e franceses.

Essa corrida aos metais seduziu também muitos frades brasileiros e portugueses que acabaram deixando os mosteiros de Salvador, Rio de Janeiro, Maranhão e Portugal em busca da riqueza. No entanto, a febre do ouro afetou todos seguimentos e classes da sociedade; famílias inteiras foram para a extração, o próprio gentil foi obrigado a garimpar e destruir sua cultura.

## Eixo Explicativo e Base Filosófica do Trabalho

De forma muito tímida, começa-se a explorar o objeto do turismo, por entender que o curso de turismo ainda vem acompanhado de uma visão extremamente tecnicista e acrítica. Isso em consequência da própria falta de entendimento do fenômeno, para os brasileiros uma novidade na década de 1970. Mas com o apoio acadêmico dos espanhóis cujos estudos estiveram por muito tempo agregado a uma preocupação quase que exclusivamente administrativa de qualidade total, passamos dessa era primitiva para o mundo da produção autônoma e nacional do turismo.

Foi com o apoio da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, através do curso de turismo, e das universidades Anhembi-Morumbi e Unibero que o estudo do fenômeno do turismo ganhou dimensão crítica, humanista e porque não dizer brasileira. Mestres e alunos dos mestres se tornaram professores e deram ao turismo aspecto de ciência e criaram um lastro acadêmico que hoje é sinalizador para o Brasil.

Sendo produto dessa influência e com a formação paralela de cientista social, ousa-se entender os roteiros do século XVIII dentro de uma perspectiva histórica. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o processo de colonização ocorrido no Brasil foi produto da expansão do sistema capitalista e, portanto, implantador de novos padrões societários, em que as relações sociais ganham patamares estranhos para com aquela população nativa.

Com a chegada dos colonizadores, o processo de expansão e dominação do império português agrega padrões capitalistas de produção, porque havia maiores facilidades de implantá-los aqui do que em Portugal. Buscam o acúmulo de capital pelo ouro, prata, diamantes e pedras preciosas, escravidão, especiarias e madeira. Os empreendimentos portugueses no Brasil são reaciosos, porém bem definidos para acelerar o lucro do império português.

Com isso, declara-se que a colonização fez parte do processo de expansão da civilização ocidental e que as descrições realizadas pelos jesuítas sobre o Brasil, os classificam como historiadores em geral e dão ao padre André João Antonil a característica de uns dos primeiros estudiosos a escrever roteiros de viagens.

Será que a intenção de Antonil era desenvolver o turismo colonial? Obviamente que essa pergunta fica sem sentido, bem como ensaiar uma resposta se torna problemático. A intenção neste artigo não foi tornar a história objeto de reflexões fantasiosas e idealistas, mas sim demonstrar que um estudo sério e consequente só é possível quando se entende o turismo no interior do desenvolvimento dos modos de produção. Por esse motivo firma-se nossa referência: *o processo de expansão do capitalismo inicia-se pela implantação do modo de produção colonial*.

Entendendo que o fenômeno do turismo só pode ser compreendido no interior das relações econômicas, o mesmo se configura em uma atividade que vem sendo sinalizada desde o processo de colonização, e que cresce e se desenvolve durante as várias etapas de complexidade da relação de produção. Nesse sentido, quando Antonil descreveu, em seu livro, os roteiros de viagens à Minas Gerais, isso

significa que o fenômeno turístico já está colocado como mercadoria. O refino explícito de sua essência foi dado pela sociedade de consumo, portanto nada pode impedir sua concretude.

### Comentários Preliminares

Como início de estudos preliminares no campo ainda carente da investigação dos roteiros turísticos do século XVIII, pode-se afirmar com uma larga margem de certeza que a historiografia ainda está muito tímida na produção dessa temática. Além do mais, o preconceito sobre esse assunto inibe enorme área das ciências sociais que sempre se mostrou resistente em estudar o fenômeno turístico. Os poucos estudos existentes trabalham dentro de uma perspectiva preocupada em descrever o cotidiano, secundarizando as relações econômicas e de poder. Essa literatura valoriza o descritivo e o cultural por meio de uma volta aos estudos antropológicos e etnográficos.

Tais estudos acabam enriquecendo uma leitura da sociedade, mas, por outro lado, tornam os conceitos produto de atos culturais das várias referências literárias. Desprezando análises por via dos modos de produção e empobrecendo a compreensão econômica e política dos fatos sociais, dificulta-se o entendimento do real e torna-se a realidade produto de atos de suporte idealista, em que a concretude dos fatos só existe na mente.

É inexplicável, mas os processos, que vinham sendo gestado pela sociedade capitalista, consideram o lazer, ócio e o turismo como inimigos do trabalho. Não podemos esquecer que o ato de sofrer pelo trabalho seguia a lógica do desenvolvimento das forças produtivas e das próprias relações de produção, ou seja, “a moral da classe burguesa, cujo egoísmo feroz e curta inteligência ele encarnava (Lafargue, 1999:59). Nessa perspectiva, tudo que poderia vir a diminuir as horas de trabalho e ou trazer algum descanso para os trabalhadores seria encarado como algo pecaminoso, imoral e diabólico.

Não se pode esquecer segundo Lafargue que:

A moral capitalista, triste paródia da moral cristã, rodeia de anátemas a carne do trabalhador: seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo de necessidades, suprimir suas alegrias e paixões e condená-lo ao papel de máquina de gerar trabalho, sem tréguas e sem piedade (Lafargue, 1999:60).

Nesse sentido, o ato do não trabalho, que aparece pela produção da riqueza coletiva e não individual, apresenta-se na configuração do capitalismo como algo totalmente condenado por apologistas do trabalho. Não pode existir espaço para atos que ponham em risco a produção das riquezas individuais. É esse o perfil do “modus operandis” que se manifesta por meio do processo de expropriação dos meios de

produção. A busca da riqueza individual e não coletiva torna o lazer e turismo uma mercadoria, fazendo do ser humano um objeto das práticas de mercado.

Quando os jesuítas e cientistas da época preocupados em descrever o novo mundo para o velho mundo partiam de descrições intermináveis com um alto grau de detalhamento, na verdade estavam prestando um serviço de fidelidade para com os fatos históricos e a própria humanidade. Obviamente, não se pode afirmar que esses roteiros foram elaborados com a finalidade da divulgação turística, porque o turismo como mercadoria está começando a ser sinalizado, portanto não era objeto de pacotes vendidos e comercializados, mas sim roteiros de divulgação das riquezas e práticas de exploração. Por isso, a maioria dos livros sobre o Brasil foram objeto de censura do governo português, que temia que os mesmos servissem de base para que os impérios se interessassem pelo continente brasileiro.

Os roteiros do século XVIII podem ser vistos como roteiros turísticos, pois já se configuram em um produto com valor de uso e de troca e se colocam ao mundo como uma mercadoria a ser consumida pelo interesse econômico e geopolítico.

O livro de Antonil abre para os estudiosos do fenômeno do turismo um leque por demais excitante no campo da pesquisa. Debruçar sobre os roteiros do século XVIII significa enxergar a história brasileira dentro de um contexto mais autóctone e ter a oportunidade de transportar-se a uma realidade como se fosse uma coleção de fotos, a riqueza da descrição e a explicação do cotidiano completam a compreensão daquele período histórico.

Com isso, deve-se salientar que os escritores jesuítas deram uma contribuição ímpar à história brasileira: conhecer nossa configuração étnica, o sofrimento dos nativos, a violência do processo de evangelização e o nascimento do capitalismo. Nada foi mais positivo para a historiografia do que os relatos desses natos historiadores que, sem saber, foram os responsáveis pelas bases dos primeiros roteiros turísticos no Brasil.

### Referências Bibliográficas

- ANTONIL, André João. 1982. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo.  
 BETHELL, Leslie. (Org.). 1999. *História da América Latina: a América Latina Colonial*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Vol. II.  
 LAFARGUE, Paul. 1999. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; Unesp.  
 LODESERTO, Alicia. 1999. La imaginaria jesuítico-guaraní: una propuesta desde la antropología política. *Cronia*, Argentina, Universidad Nacional de Río Cuarto, v. 2, n. 3, p. 145 e 153.

Recebido em 6/3/2001

Aprovado em 6/4/2001